

***PLANTÃO PSICOLÓGICO E
DECOLONIALIDADE: IMPLICAÇÕES PARA A
FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS E
POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DE
PANDEMIA DA COVID-19***

Mariana Silveira de Oliveira

Especialista em Saúde Mental
Faculdade de Venda Nova do Imigrante
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0264577584639675>
Orcid: 0000-0002-7010-9787
E-mail: mariana.psync@gmail.com

Ana Alice Pereira

Graduada em Psicologia
Universidade Federal do Ceará
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5728437476213858>
Orcid: 0000-0003-0666-1443
E-mail: anaalicep70@gmail.com

Deidiane Moreira Alves

Graduada em Psicologia
Universidade Federal do Ceará
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4928120275491404>
Orcid: 0000-0003-1191-4126
E-mail: deidianema@gmail.com

Ticiane Costa Mesquita

Graduada em Psicologia
Universidade Federal do Ceará
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2047639834213666>
Orcid: 0000-0003-1270-2280
E-mail: ticianecm.psi@gmail.com

Dossiê

**Recebido em: 31 de Julho de 2021
Aceito em: 05 de Setembro de 2021**

RESUMO

O estudo apresentado trata-se de uma discussão sobre a emergência do Plantão Psicológico (P. P.) no contexto da pandemia da Covid-19, abordando-o a partir da perspectiva decolonial do conhecimento, além da discussão sobre a formação de profissionais de Psicologia. Ao questionar uma formação atravessada pelo eurocentrismo, se justifica a importância da decolonialidade para a Psicologia como ciência. Apresenta-se a compreensão do P. P. como possibilidade de Política Social, instrumento importante para o cuidado em saúde mental enquanto Política Pública. O percurso metodológico empregado foi a discussão teórica sobre Plantão Psicológico em interlocução com as compreensões decoloniais de sujeito, a partir de autores destacados na literatura de ambas as temáticas. Por fim, evidencia-se a sua potência de transformação social a partir da conscientização sócio-política dos indivíduos, bem como sua importância nas políticas públicas, enquanto atualidade, principalmente no contexto da pandemia da Covid-19.

Palavras-chave: Plantão Psicológico. Decolonialidade. Política Social. Pandemia.

PSYCHOLOGICAL DUTY AND DECOLONIALITY: IMPLICATIONS FOR THE TRAINING OF PROFESSIONALS AND SOCIAL POLICIES IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT

The study presented is a discussion about the emergence of the Psychological Duty (P.D.) in the context of the Covid-19 pandemic, approaching it from the decolonial perspective of knowledge, in addition to the discussion on the training of Psychology professionals. When questioning a formation crossed by Eurocentrism, the importance of decoloniality for Psychology as a science is justified. The understanding of the P. D. is presented as a possibility of Social Policy, an important instrument for mental health care as a Public Policy. The methodological approach used was the theoretical discussion on Psychological Duty in dialogue with the decolonial understandings of the subject, from prominent authors in the literature on both themes. Finally, its potential for social transformation is evidenced through the socio-political awareness of individuals, as well as its importance in public policies, as of today, especially in the context of the Covid-19 pandemic.

Keywords: Psychological Duty. Decoloniality. Social Policy. Pandemic.

INTRODUÇÃO

O estudo apresentado trata-se de uma discussão sobre a emergência do Plantão Psicológico (P. P.) no contexto da pandemia da Covid-19, abordando-o a partir da perspectiva decolonial do conhecimento, trazendo também a discussão sobre a formação de profissionais de Psicologia e a compreensão do P. P. como possibilidade de Política Social.

O P. P. é uma modalidade de atendimento nascida no Brasil no final da década de 1960, após a implementação da Psicologia como profissão no país e contemporâneo ao regime de ditadura militar, contexto no qual a inserção profissional ainda se restringia a poucos espaços (TASSINARI; DURANGE, 2012). O primeiro registro da execução da prática em Plantão se deu no Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), através da professora Rachel Lea Rosenberg (MORATO, 2008).

A inspiração para o surgimento do Plantão Psicológico foi a experiência das *walk-in clinics* nos Estados Unidos, que tinham por objetivo realizar atendimentos sem marcações, um pronto atendimento psicológico (CORDEIRO; DURANGE, 2013). A prática proposta pelo P. P. atendia uma necessidade de suporte às pessoas da época, haja vista a pouca acessibilidade e abrangência do sistema de saúde anterior ao SUS (Sistema Único de Saúde), a Previdência Social, e o recorte social e financeiro do público atendido em psicoterapia no contexto privado (BACELLAR; ROCHA; FLÔR, 2013).

O espaço da clínica, historicamente concebido como consultório fechado, distante dos espaços sociais ocupados pelas pessoas que os buscavam para acompanhamento, gerou questionamentos quanto à formação e a grade curricular dos cursos de Psicologia. Havia pouco atravessamento das questões sociais e territoriais do país nas bases da graduação, uma vez que esta permanecia focada na área clínica liberal (FERREIRA-NETO, 2004).

A compreensão da formação em Psicologia tem suas estruturas eminentemente europeias, portanto, atreladas a uma colonialidade, que não leva em consideração as realidades desiguais brasileiras. É necessária a reformulação da grade curricular dos cursos de Psicologia no país, com base na ideia de decolonialidade, que é uma prática que reivindica novas visões de mundo acerca das reduções e silenciamentos de histórias subalternizadas e invisibilizadas (negros, negras, indígenas, quilombolas) e que tece críticas ao pensamento eurocêntrico formador de países como o Brasil (ALVES; DELMONDEZ, 2015).

Deve-se considerar, de modo mais incisivo, as especificidades da ciência psicológica no contexto latino-americano e a produção existente no território, cujas referências muito têm a agregar à práxis deste profissional (ALVES; DELMONDEZ, 2015). Assim, a argumentação trazida pela decolonialidade critica o modo eurocentrado

de produzir saberes e práticas fundado no massacre epistêmico, cultural e genocida de culturas e povos colonizados, evidenciando a consciência crítica da população sobre sua própria história e contexto sócio-político (QUIJANO, 2005; GONÇALVES, 2016; ALVES & DELMONDEZ, 2015).

No contexto atual, em meio a pandemia da Covid-19, exige-se da ciência psicológica aparatos para trabalhar o sofrimento da população, visto que, o Brasil é um dos países mais afetados e o real número de mortes pelo vírus torna o cenário ainda mais desafiador (ORELLANA *et. al.*, 2020). Além dos impactos causados pela pandemia, Bufrem (2020) aborda como as desigualdades sociais e econômicas estão mais evidentes neste período, destacando a fome que voltou a crescer entre 2017 e 2018. Tudo isto corrobora para a necessidade de políticas sociais que atendam às demandas emergentes da população.

De acordo com Tassinari & Durange (2011 e 2012) e Barcellos *et al.* (2020), o P. P. objetiva receber qualquer pessoa no momento exato ou mais próximo de sua necessidade para ajudá-la a compreender melhor sua emergência e fornecer o suporte cabível à situação de crise. O P. P. Mostra-se como uma ferramenta potente às demandas emergentes, “permitindo que muitas vezes num único encontro, o cliente tivesse sua necessidade atendida” (CORDEIRO; DURANGE, 2013, p. 94). Como atendimento clínico, o P. P. visa a atenção às demandas urgentes de sofrimento emocional e psíquico, no momento em que elas aparecem, podendo ocorrer em apenas um atendimento ou se estender por mais alguns encontros limitados.

O P. P. exerce o papel importante de escuta e acolhimento que as pessoas vivenciam como urgente. Em seus espaços de inserção, é possível constatar sua relevância e impacto social, considerando o contato direto com os indivíduos e atenção ao seu sofrimento. Nesse sentido, cumpre um serviço efetivo de Política Social, haja vista que esta objetiva em primazia o bem-estar social dos sujeitos (CARVALHO, 2007).

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivos: a) Refletir sobre a necessidade da formação decolonial para psicólogos; b) Contribuir no debate acerca da aproximação entre estudos decoloniais e Plantão Psicológico, principalmente no contexto de pandemia da Covid-19. Logo, é possível compreender a emergência política e social da oferta do serviço do Plantão Psicológico, a partir da sua atuação ampliada no contexto pandêmico atual, cujas mudanças sociais têm sido mais acentuadas.

A temática trabalhada aqui não tem precedentes na literatura, portanto, foi necessário buscar em autores que discorrem sobre cada aspecto, de forma separada, seus conceitos e ideias principais para então conduzir a discussão proposta para a escrita, trabalhando as interlocuções de ambos os temas principais - P. P. e decolonialidade.

O percurso metodológico empregado foi a discussão teórica sobre Plantão Psicológico, a partir de Tassinari & Durange (2011 e 2012) e Barcellos *et al.* (2020) os quais têm produções múltiplas voltadas para o tema. Houve a interlocução com as compreensões decoloniais de sujeito apresentadas por Anibal Quijano (2005), Bruno Simões Gonçalves (2016), Cândida Alves & Polianne Delmondez (2015) e Martín-Baró (1986/2009 e 1996). Estes foram selecionados pela concordância com a explanação realizada e argumentação defendida.

Para além disso, foi abordada a formação em Psicologia com questionamentos pertinentes à ideia defendida no presente trabalho, a qual assume que o Plantão Psicológico é um instrumento importante para o cuidado em saúde mental enquanto Política Social. Evidencia-se a sua potência de transformação social a partir da conscientização sócio-política dos indivíduos, bem como sua importância nas políticas públicas, enquanto atualidade, principalmente no contexto da pandemia da Covid-19.

Por fim, levando em consideração o que foi discutido até aqui, este artigo trará reflexões sobre a importância do Plantão Psicológico no contexto brasileiro, potencializada por uma perspectiva decolonial, baseada em autores que defendem a imprescindível práxis de escuta e acolhimento do P. P.

REPENSANDO A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: POR UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Considerando a história da Psicologia e a grande relevância social que esta assume no âmbito da Psicologia Clínica, Tassinari (2009, p. 174) expõe o seguinte questionamento: “Será que a psicoterapia tem evoluído na direção de incluir as necessidades sociais e de ser de ajuda para a maioria das pessoas que a procuram? Nossos modelos de psicoterapia têm sido efetivos em aliviar, resolver ou modificar o sofrimento da maioria da população brasileira?”. Questões como essas devem ser levantadas no seio da academia, lugar esse que tem potência para formar novas psicologias, subvertendo a

óptica de uma psicologia pautada no *setting* terapêutico, com os cinquenta minutos pré-estabelecidos.

Ao questionar a formação em psicologia atravessada pelo eurocentrismo, justifica-se a importância de uma formação decolonial. O pensamento eurocêntrico hegemônico, cujas tentativas de colonização, para além de territorial, se deu também no âmbito cultural e no imaginário dos povos dominados (GONÇALVES, 2016).

Desde sua inserção no Brasil, as formações em Psicologia tiveram uma série de modificações curriculares que, para além do conteúdo da grade curricular, segundo Ferreira-Neto (2004) inovam ao propor novas concepções de currículo, afastando-se da prerrogativa de mercado de produção ou de simples transmissão de conteúdos padronizados. Destaca-se a produção de conhecimento por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão, os currículos tornam-se reflexos do conjunto de experiências que promovem a formação.

Nesse sentido, vale destacar que na inserção da Psicologia nas instituições de ensino, as áreas mais exploradas eram: Clínica, Escolar e Industrial. Com destaque para a Psicologia Clínica, que até os dias atuais é a forma de atuação profissional mais executada pela categoria (WHO, 2001). Percebe-se que a necessidade de atualização curricular e da própria prática profissional mostrou-se indispensável para a Psicologia, favorecendo, inclusive, a aproximação *in loco* do estudante por meio das atividades de pesquisa e extensão.

A contribuição de Martín-Baró (1996) sobre a função da Psicologia na aprendizagem no contexto educacional de forma geral explicita a argumentação defendida aqui. Tal contribuição ressalta a necessidade do enfoque para além dos currículos, afirmando a importância de um ensino que favoreça a conscientização da realidade, a partir de um pensamento crítico que se aproxime de dados socio-históricos, políticos e ancestrais relativos ao povo. Essa perspectiva é útil também à própria formação em Psicologia.

No que tange às matrizes de pensamento que permeiam essa formação e fundamentam a Psicologia, eminentemente coloniais, ainda é recente a reivindicação de produções voltadas para os saberes decoloniais. No entanto, a urgência da disseminação dos estudos deste cunho tem sido cada vez mais lançada e solicitada, haja vista a subjetividade e identidade do sujeito na modernidade (ALVES; DELMONDEZ, 2015).

Nas bases teóricas, o pensamento decolonial surge como um questionamento e ato de resistência às formas violentas de inserção da cultura e saberes europeus aos territórios invadidos e violados ao longo dos séculos até os dias atuais (QUIJANO, 2005). A compreensão decolonial permite repensar as estruturas impostas pelo saber colonial instaurado sobre o padrão de homem branco-cristão-ocidental acima dos povos negros, orientais, indígenas, das religiões de matrizes africanas e orientais e da natureza, como em uma classe hierárquica de importância (QUIJANO, 2005; GONÇALVES, 2016).

As Ciências Humanas e a Psicologia trazem em sua história o valor do sujeito eurocêntrico que serviu como modelo de humano e seu objeto de estudo. Este coincidiu com o homem branco europeu e cristão, em prejuízo dos não brancos, não civilizados, não europeus (ALVES; DELMONDEZ, 2015). A ideia de sujeito contemporâneo vai de encontro com o pensado e formulado pelo pensamento europeu colonial e vai ao encontro de uma nova raiz de pensadores latino-americanos. O sujeito contemporâneo é a formulação da identidade de alteridade, o Outro não resgatado pelas Ciências Humanas, o que foge do homem branco ocidental (ALVES; DELMONDEZ, 2015).

Falar de sujeito moderno, do sujeito atendido pela Psicologia e acolhido no Plantão Psicológico, é falar daquele cujas necessidades de escuta e demanda de compreensão fogem de muito do que a formação em Psicologia, em suas bases generalistas, não abarca. Torna-se indispensável a discussão sobre as contribuições do pensamento decolonial à formação profissional.

Pois se o psicólogo, por um lado, não é chamado a intervir nos mecanismos sócio-econômicos que articulam as estruturas de injustiça, por outro é chamado a intervir nos processos subjetivos que sustentam e viabilizam essas estruturas injustas; se não lhe cabe conciliar as forças e interesses sociais em luta, compete a ele ajudar a encontrar caminhos para substituir hábitos violentos por hábitos mais racionais; e ainda que a definição de um projeto nacional autônomo não esteja em seu campo de competência, o psicólogo pode contribuir para a formação de uma identidade, pessoal e coletiva, que responda às exigências mais autênticas dos povos. (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 22).

Para Martín-Baró (1986/2009), o profissional de psicologia, em sua prática consciente e politizada, deve favorecer a construção de uma sociedade cujo bem estar de uma parcela da população não implique no mal estar dos demais. Nesse sentido, se faz necessário um que seja implicado na conscientização como instrumento de mudança

social, permitindo ao indivíduo a afirmação de sua identidade pessoal e coletiva (MARTÍN-BARÓ, 1996).

Tem-se a ideia de que a Psicologia enquanto epistemologia assume uma postura intelectual engajada, quando não reflexiva, atua no sentido de fortalecer um sistema rígido de significações sociais que estruturam um discurso hegemônico (ALVES; DELMONDEZ, 2015). No entanto, este profissional cumpre uma função importante quando implicado nas questões de cunho sócio-político para uma transformação social, a partir de uma perspectiva popular em Psicologia, como sugere o trabalho de Martín-Baró (1986/2009).

Compreendendo esta ideia crítica, baseada em Martín-Baró (1986/2009; 1996), na prática do psicólogo, agora, haverá uma explanação acerca do contexto de atuação do profissional de psicologia no contexto da pandemia da Covid-19.

PSICOLOGIA E O CONTEXTO PANDÊMICO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) instituiu o cenário da Covid-19 como Pandemia no dia 11 de março de 2020, tendo como únicas medidas protetivas o uso de máscara, distanciamento social, e ações higiênicas como lavar as mãos e uso de álcool em gel¹. Diante deste cenário, o Conselho Federal de Psicologia, ainda em março de 2020, ampliou as formas de atendimento psicológico e lançou nota orientativa para atendimentos de cunho voluntário.

Além disso, atestou a necessidade de os profissionais psicólogos ofertarem cuidado para aqueles com vulnerabilidades sociais, expandindo e reinventando também a metodologia de atendimento, possibilitando a oferta do Atendimento em Plantão Psicológico na modalidade on-line (BARCELLOS *et. al.*, 2020). A pandemia da Covid-19 emerge em nossa sociedade como experiência de profundo temor, tanto pelo desconhecimento do que se trata o vírus quanto pelo terrível alcance do mesmo, provocando para além das mortes irreparáveis, a perda de laços sociais, como o trabalho (BARCELLOS *et. al.*, 2020).

Sabe-se, também, que esse cenário pandêmico atinge de formas ainda mais intensas determinada parcela da população, considerando os recortes e intersecções de

¹ Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>.

gênero, classe e raça, havendo agravamento e surgimento de novas vulnerabilidades cujas intervenções pelo Estado ainda não chegam da forma devida. Conforme ressaltam Matta, Rego e Souto (2021, p. 87):

O Brasil é um país de dimensões continentais, com aproximadamente 210 milhões de habitantes, caracterizado por ampla desigualdade social. Nesses termos, a Covid-19 se apresenta como uma sindemia, o que enfatiza ainda mais a necessidade de ampliar os princípios de universalidade, equidade e integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS). No atual cenário, mostra-se necessário não somente integrar cuidados, mas também prover proteção social àqueles já excluídos socialmente. Em 2018, aproximadamente 25% da população brasileira viviam abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2019). Entretanto, como a crise econômica que já se encontrava em curso foi exacerbada com a pandemia, é possível que essa proporção seja ainda maior atualmente, em face dos indicativos de perda de emprego e renda pela população brasileira desde que a Covid-19 passou a afetar o país (OLIVEIRA et al., 2020).

As desigualdades sociais, o processo de colonização e seus impactos na subjetividade dos brasileiros, além da assistência insuficiente do Estado diante da necessidade de condições para qualidade de vida, favorecem a intensificação nas fragilidades já existentes e agora agravadas diante do cenário atípico atual. A população que sofre a pandemia de forma mais agravada tem marcadores sociais bem específicos e importantes de serem mencionados: em sua maioria são trabalhadoras e trabalhadores não brancos e pobres (HOLANDA; BARBOSA; FILHO, 2020).

O pensamento decolonial possibilita a compreensão do cenário supracitado a partir de uma ótica que valoriza aqueles que têm sua vida e direitos negligenciados e sofrem as mais variadas formas de violência. O apagamento da história dos povos colonizados tem consequências bem demarcadas atualmente quando se volta o olhar para estes que são os mais prejudicados e vitimizados pela pandemia: indígenas, não brancos, pobres, periféricos e tantos outros. Portanto, contribuir para a construção de uma Psicologia que promova um trabalho social com equidade e humanidade é fornecer ferramentas para a consciência individual e coletiva potencializadora de transformação e libertação social (MARTÍN-BARÓ, 1996).

Em meio a essa crise posta por tantos fatores, há um em comum - o sofrimento emergente. A situação de calamidade pública instituída no país exige preparo para a situação de urgência e emergência, assim como exige uma posição da ciência que cuida

desse sofrimento - a Psicologia. Dessa forma, os campos de atuação se modificam e expandem para alcançar mais pessoas com qualidade e proficiência, sendo o Plantão Psicológico canal para tal (TASSINARI; DURANGE, 2011).

Assim, emerge a necessidade de meios para efetivar o trabalho em Psicologia enquanto uma ferramenta ética frente às situações de calamidade pública. O Plantão Psicológico é capaz de responder de forma potente a essa demanda, principalmente se considerado enquanto política e efetivado enquanto tal. No próximo tópico será discutida essa ideia e defendido o espaço que o P. P. pode ocupar nesse âmbito.

PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO POLÍTICA SOCIAL

Nos dias atuais é possível encontrar o Plantão Psicológico inserido em diversos contextos, além de clínicas-escolas, compreendendo-o “como uma modalidade de serviço contemporâneo por sua “natureza”, capaz de atender às inúmeras camadas da sociedade e suas demandas, abrindo possibilidades de mudanças em larga escala” (TASSINARI; DURANGE, 2011). São exemplos o contexto carcerário, as políticas públicas de saúde e de assistência social, escolas e mais recentemente, com o advento da pandemia ocasionada pela Covid-19, são encontrados serviços de Plantão Psicológico on-line ofertados por profissionais de Psicologia de forma voluntária, prática respaldada pelos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia (BARCELLOS *et. al.*, 2020).

Com a Constituição de 1998 e a promulgação do SUS, a Psicologia adentra os muros das instituições públicas, assim como as políticas propostas por estas (SOUZA; NETA; VIEIRA, 2012). Nesse ínterim, instala-se uma crise dos modelos de prestação de serviços, questiona-se a posição da formação no âmbito universitário, e destaca-se a maneira como as políticas sociais são concebidas no cenário atual, compreendendo a importância da prática de P. P. como ferramenta para pensar e produzir saúde (SCHMIDT, 2004).

Tavares, Souza e Pontes (2013) nos sinalizam que parte considerável de profissionais de saúde ainda não estão capacitados para acolher e cuidar da demanda de saúde mental. Isso acarreta, muitas vezes, na estigmatização de usuários como políquelosos, psicossomáticos, que não aderem ao tratamento. É necessário que se perceba as necessidades de cuidado que a comunidade demanda de acordo com seu

contexto, história de vida, marcadores sociais e classe social. O que mais se observa nesses serviços de atenção básica à saúde é a

[...] pouca compreensão a respeito de códigos culturais diferentes para expressar o sofrimento; ausência de capacitações adequadas para as equipes; serviços e profissionais ainda aprisionados no modelo individual e fragmentado de atendimento; prioridade das políticas de saúde mental para as clientela consideradas graves; ausência de metodologias de cuidado e de acesso para a clientela com queixas difusas (TAVARES; SOUZA; PONTES, 2013, p. 41).

Estar imerso no sistema capitalista é estar atravessado por questões que não se separam do mesmo, como ocorre no campo das políticas sociais. Estas últimas são um desafio fundamental e contraditório do capitalismo e da nossa sociedade, pois atrelado a elas tratamos de pobreza, problemas de desigualdade social, inclusão e, conseqüentemente, exclusão. Além de outros atravessamentos que possam se fazer presentes, entendendo que o nosso sistema produtivo é símbolo de uma sociedade discriminatória. O alcance das políticas sociais, nesse contexto, é limitado e sem possibilidade de ser diferente disso, visto que não ultrapassam a lógica do sistema (DEMO, 2012).

O Ministério do Planejamento (2013) define Política Social como uma forma institucionalizada construída pela sociedade para proteger ou promover os seus membros através de direitos que cubram riscos e necessidades básicas do cidadão. Em vista disso, é necessário ainda entender o Estado e suas funções enquanto fenômeno histórico relacional que concede um “jogo de oposições e influências recíprocas entre sujeitos com interesses e objetivos opostos” (PEREIRA, 2011, p. 146). Estudá-lo é uma possibilidade de compreender como interesses diversos vão produzindo contraditoriedade e dominação, como as Políticas Sociais se encontram a partir do caráter regulador de intervenção estatal, e como elas se configuram pelas suas características políticas e econômicas (YAZBEK, 2006).

O conceito de Política Social é complexo e multifacetado, não obtendo uma definição específica, mas podendo ser resumida a “um conjunto de diretrizes, orientações, critérios e ações que permitam a preservação e a elevação do bem-estar social, procurando que os benefícios do desenvolvimento alcancem a todas as classes sociais com a maior equidade possível” (CARVALHO, 2007, p. 75).

Portanto, pode-se considerar o P. P. como uma possibilidade de potencialização da atuação da Psicologia no contexto de Saúde Pública, numa assistência mais próxima ao sofrimento emergente do indivíduo. Esta atenção individual, por vezes, não é favorecida nos contextos comuns aos serviços de saúde pública, visto que desde o surgimento das instituições relacionadas a este, o maior objetivo é o de dar assistência ao coletivo, preferencialmente ao atendimento grupal (ACHCAR, 1994).

Desse modo, a importância e efetividade da atuação em Plantão Psicológico justifica sua possibilidade de inserção no campo das Políticas Sociais, enquanto serviço de atenção à saúde mental capaz de atender sujeitos em diferentes espaços e com demandas diversas, e se faz mais urgente diante das consequências ainda em estado inicial do cenário da pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que é urgente a formação em Psicologia pautada nas concepções possíveis ao sujeito sob o viés decolonial para que o acesso ao sofrimento do outro - grande preceito do atendimento psicológico - possa ser o mais próximo possível da realidade vivenciada, considerando o contexto sócio-histórico e cultural.

A atuação em Plantão Psicológico na atualidade, para além de uma possibilidade de prática ética e pautada no compromisso com a profissão, toma aspectos de cunho político extremamente importantes para o profissional. A possibilidade de intervenção em momentos de urgência emocional às pessoas com as mais variadas demandas, acentuadas pelo contexto de pandemia, amplia a rede de suporte disponível àquelas cujo acesso a dispositivos de cuidado em saúde mental é limitado seja por questões financeiras ou estruturais, dado o sucateamento e sobrecarga nos equipamentos públicos.

O contexto social, político e econômico exige da Psicologia novas atualizações sobre o seu fazer e a formação desse profissional. É necessário pensar a Psicologia como meio para a inclusão da população resultante de um novo período na história, em que as relações estão imbricadas no distanciamento, no meio tecnológico e nas possíveis dificuldades decorrentes da pandemia. É da ordem da própria ciência atualizar-se e transformar-se acompanhando as mudanças sociais, e para tanto, há a importância da

criação de métodos para buscar o bem-estar daqueles que demandam para além da cientificidade de investigações, intervenções e teorias.

Dentre as limitações deste estudo, destaca-se a necessidade de atualização de referências, visto que não existem publicações sobre o tema. Mesmo com essa limitação, trabalhar as interlocuções de ambas as temáticas (P. P. e decolonialidade) nos coloca frente a novos estudos importantes para se pensar a Psicologia na realidade atual brasileira. Em futuras revisões, mostra-se importante a priorização do cenário da pandemia, a fim de compreender as metodologias de se fazer o Plantão em meio às exigências de isolamento social.

A presente revisão mostrou-se suficientemente ampla, a fim de incorporar evidências advindas de diferentes práticas e pesquisas sobre o cuidado na urgência, podendo ser considerada um retrato aproximado das intervenções realizadas na área e divulgadas em veículos de expressiva qualidade. Espera-se que a presente revisão contribua para que os profissionais que atuam no P. P. possam incrementar suas práticas, em uma consideração positiva pela necessidade de enxergar as diferenças e o cenário sócio-político ao qual estamos inseridos.

REFERÊNCIAS

ACHCAR, R. **Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1994.

ALVES, C. B.; DELMONDEZ, P. Contribuições do pensamento pós-colonial à Psicologia Política. **Psicologia Política**. vol. 15. n. 34. PP. 647-661. set. – dez, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 jun. 2021.

BACELLAR, A.; ROCHA, J. S. X.; FLÔR, M. S. **Plantão Psicológico e consulta psicológica: um diálogo necessário para a inserção da psicologia na saúde privada**. In: Márcia Alves Tassinari; Ana Paula da Silveira Cordeiro; Wagner Teixeira Durange (Orgs.). Revisitando o Plantão Psicológico Centrado na Pessoa. Curitiba: CRV, 2013, cap. 8, p. 159-176.

BARCELLOS, A. A. C. G.; FERREIRA, M. L. L.; SANTOS, M. A. M.; JÚNIOR, C. R. **Plantão Psicológico Online em Tempos de Pandemia: Um Relato de Experiência**. **Unimontes Científica**, Montes Claros (MG), Brasil, v. 22, n.2, p.1-15, jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/3394>>. Acesso em 03 jun. 2021

BUFREM, L. S. A pandemia da Covid-19 no Brasil: informações e contradições na atual conjuntura. P2P E INOVAÇÃO, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 101–120, 2020. DOI: 10.21721/p2p.2020v7n1.p101-120. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/5461>. Acesso em 15 jul. 2021.

CARVALHO, A. M. Políticas sociais: afinal do que se trata? **Agenda Social**, Revista do PPGPS / UENF. Campos dos Goytacazes, v.1, n.3, p. 73-86, set-dez. 2007. ISSN 1981-9862. Disponível em: http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_5075_1204236093.pdf. Acesso em 15 jul. 2021.

CORDEIRO, A. P. S. DURANGE, W. T. **Plantão Psicológico: dimensão pós-clínica, uma psicologia da saúde**. In: Márcia Alves Tassinari; Ana Paula da Silveira Cordeiro; Wagner Teixeira Durange (Orgs.). Revisitando o Plantão Psicológico Centrado na Pessoa. Curitiba: CRV, 2013, cap. 4, p. 83-100.

DEMO, P. Política Social, Educação e Cidadania. 3 Ed. Campina, SP: Papirus, 2012.

FERREIRA-NETO, J. L. **A formação do psicólogo: clínica, social e mercado**. São Paulo: Escuta. 2004.

GONÇALVES, B. S. A Dupla Consciência Latino-americana: Contribuições para uma Psicologia Descolonizada. **Psicologia Política**. Vol. 16. No 37. pp. 397-413. set. – dez. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2016000300011&lng=pt&nrm=i. Acesso em 20 mai. 2021.

HOLANDA, R. R.; BARBOSA, V. N. M.; FILHO, T. L. L. Autoritarismo e Desigualdade Social no Brasil em tempos de COVID-19. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências** | Icó-Ceará | v.3 | n.3 | p. 1626 - 1639 | Set-Dez | 2020. Dossiê: Pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e suas ressonâncias na América Latina. Disponível em: <http://riec.fvs.edu.br/index.php/riec/article/view/169>. Acesso em 01 jul. 2021.

MARTÍN-BARÓ, I. **O papel do psicólogo. Estudos de Psicologia**. 1996, v. 2, n. 1, p. 7-27. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/abstract/?lang=pt>. Acesso em 02 jun. 2021.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma psicologia da libertação. In R. S. L. Guzzo, & F. Lacerda Jr. (Orgs), (2009) **Psicologia social para a América Latina: O resgate da Psicologia da libertação** (p. 101-120). Campinas, SP: Alínea. 2009 (Obra original publicada em 1986).

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., SEGATA, J. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]**. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021. Disponível em:

<<https://portal.fiocruz.br/livro/impactos-sociais-da-covid-19-no-brasil-populacoes-vulnerabilizadas-e-respostas-pandemia-os>>. Acesso em 15 jun. 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO. **Políticas Sociais**. 2013. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/publicacoes/eventos-e-seminarios/ppa_e_ps_11jun2013_jorge.pdf/view&sa=D&ust=1529325860073000&usg=AFQjCNHvdbDCVbKfPkvLKWuVL52qQYWC3g>. Acesso em 22 jul. 2021.

MORATO, H. T. P. Sobre Rachel Léa Rosenberg (1931/1987). **Psicol. USP**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 98-100, Mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-5642008000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 jun. 2021.

ORELLANA, J. D. Y. *et. al.* Excesso de mortes durante a pandemia de COVID-19: subnotificação e desigualdades regionais no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 36, n. 1, Set. 2020. Disponível em: < <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1292/excesso-de-mortes-durante-a-pandemia-de-covid-19-subnotificacao-e-desigualdades-regionais-no-brasil>>. Acesso em 15 jul. 2021.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social: Temas & Questões**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

QUIJANO, A. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas Buenos Aires. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor. 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em 03 jun 2021.

SCHMIDT, M. L. S. Plantão Psicológico, Universidade pública e política de saúde mental. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.21, n.3, p.173-192, Set./Dez. 2004.

SOUZA, E. L. C.; NETA, F. T. B.; VIEIRA, E. M. Interface do plantão psicológico e as políticas de assistência social - Interface between psychological dutty and a social welfare policies. **Rev. NUFEN**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 71-82, dez. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912012000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 jul. 2021.

TASSINARI, M. A.; DURANGE, W. Plantão Psicológico e sua inserção na contemporaneidade. **Revista do Nufen** - Ano 03, v.1, n.1, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912011000100004>. Acesso em 03 jul 2021.

TASSINARI, M. A.; DURANGE, W. Plantão Psicológico: O florescimento da Psicologia Pós-Moderna – O Drama de uma Transmutação. Buenos Aires. **Revista Enfoque Humanístico**. Buenos Aires. v.1, n.1, 2012.

TASSINARI, M. A. Plantão Psicológico como Promoção da Saúde. In: BACELLAR, Anita (Coord.). A psicologia humanista na prática: reflexões sobre a prática da Abordagem Centrada na Pessoa. Palhoça: Unisul, 2009, p. 172-189.

TAVARES, A. L. B.; SOUZA, A. R.; PONTES, R. J. S. Estudo da demanda de saúde mental em Centro de Saúde da Família em Caucaia, Ceará, Brasil. **Rev. Bra. Med. Fam. Comun.** v. 8, n. 26, p. 35 - 42, 2013. Disponível em: <<https://www.rbmf.org.br/rbmfc/article/view/492>>. Acesso em 10 jul 2021.

WHO (Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado). **Relatório final da pesquisa junto aos associados do Conselho Federal de Psicologia**. Brasília: CFP, 2001. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/pesquisa-de-opinio-who-quem-o-psicologo-brasileiro/>>. Acesso em 03 jul 2021.

YAZBEK, M.C. **Classes subalternas e assistência social**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COMO CITAR

OLIVEIRA, M. S. et al. PLANTÃO PSICOLÓGICO E DECOLONIALIDADE: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS E POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – RIEC**, v.5, n.1, p. 104-119, 2022.